

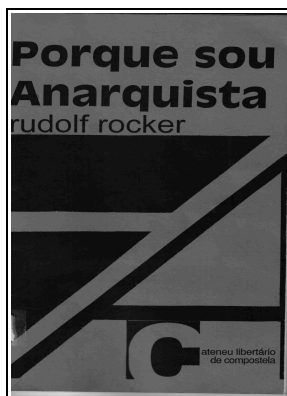
Esta brochura
Porque sou anarquista

escrita por
**Rudolf
Rocker**

é a segunda edição
em versão galega
e publica-se
pela
CNT de Compostela
em
Julho de 2009

a primeira edição
foi editada pelo
**Ateneu Libertário
de Compostela**
em
Inverno de 1998

Esta brochura é para ler, reler, em voz
alta ou baixa,
num mitin a gritos ou numa reunião com
um café,
para gritá-la nas portas dos
Parlamentos, partidos políticos,
sindicatos anti-operári@s,
para fotocopiar sem lhe pedir licença a
ninguém,
para dar como presente.



**Primeira edição do
Ateneu Libertário**

[[Rudolf Rocker



NOTA PRELIMINAR

Rudolf Rocker, um dos mais fecundos pensadores libertários contemporâneos, nasceu em Magúncia (Alemanha), a 25 de Março de 1873. Os pais eram pobres e Rocker perdeu-os com apenas 10 anos de idade. Foi internado num orfanato do que saiu 4 anos mais tarde para trabalhar como aprendiz de encadernador. Aos 15 anos tomava já parte no movimento social alemão e aproveitou o período de aperfeiçoamento usual na época para percorrer Alemanha e outros países europeus.

Influenciado pelas ideias de Johan Most, então exilado nos EUA, tornou-se libertário e participou no Congresso Anarquista de Bruxelas, onde se tornou amigo de Domela Nieuwenhuis. Foi expulso da Alemanha em 1892 por “propaganda escrita”, seguindo para Paris, onde conheceu Elisée Reclus e outros libertários. Após o atentado de Casiero foi expulso, como muitos outros militantes, e instalou-se em Londres, onde colaborou activamente no Freie Arbeiter Stime (Voz do Trabalhador Livre) e outros jornais. Participou no Congresso de Amsterdão de 1907 e, pela sua oposição à guerra de 1914-1918 foi internado num campo de concentração britânico e enviado em 1918 para a Alemanha, que o obrigou a exilar-se para a Holanda. Só depois da revolução alemã voltou a Berlim, para

[[Rudolf Rocker

ser novamente internado num campo de concentração durante a ditadura de Noske. Libertado, foi um dos fundadores da nova Associação Internacional dos Trabalhadores em 1922. Emigrou para os EUA, aí residindo longos anos numa comunidade fundada em Crompond por anarco-individualistas.

*Além de numerosas conferências, artigos e folhetos, publicou, entre outros livros, excelentes biografias de Max Nettlau e de Johan Most e a sua obra mais notável, **Nacionalismo e Cultura.***

Faleceu em Setembro de 1958.

PORQUE SOU ANARQUISTA

Sou anarquista não porque acredite que num futuro milénio as condições sociais serão absolutamente perfeitas e não necessitarão de mais nenhum melhoramento. Isto não é possível até porque o homem não é perfeito e não pode criar nada absolutamente perfeito. Mas acredito, em troca, num processo constante de aperfeiçoamento que nunca finda e que só pode prosperar da melhor maneira sob as condições sociais de vida mais livres possíveis. A luta contra toda a tutela e todo o dogma, mesmo que se trate duma tutela institucional ou de ideias, é para mim o conteúdo essencial do socialismo libertário. A ideia mais livre corre o perigo de se converter em dogma, tornando-se assim inacessível a qualquer desenvolvimento interior. Logo que uma concepção se petrifica em dogma morto, começa o domínio da teologia. Toda a teologia se apoia na crença cega do imutável e do irreduzível que é o fundamento do despotismo. Até onde isso chega, mostra-o hoje a Rússia que inclusivamente pretende orientar o homem de ciência, o poeta, o músico e os filósofos que devem pensar e criar, e tudo isso em nome de uma teologia de Estado onnipotente, que exclui todo o pensamento individual e intenta introduzir, por todos os meios despóticos, a era do homem mecânico, do homem formado e dirigido ao sabor duma ideia sacrosanta.

Nas nossas fileiras também há quem tenha sido atacado por essa peste deletéria. O facto de quererem ditar a cada um o que deve pensar, não é decerto alentador, mas tão pouco deve assustar-nos. O melhor que se deve fazer é não li-

gar importância a tais pretensões e prosseguir tranquilamente o próprio caminho. Nenhum de nós, nem sequer o melhor, pode oferecer verdades absolutas, pois não existem. As polémicas só são úteis quando inspiradas pelo espírito de tolerância e de compreensão humana e não pretendem nenhuma infalibilidade. Se não for assim, todas as discussões são infecundas e com elas perde-se um tempo precioso que pode ser empregado em qualquer trabalho útil ou fecundo.

Nunca na minha vida estive tão firmemente persuadido como o estou hoje, da exactidão das nossas concepções. Justamente por isso, quando um novo absolutismo brutal do pensamento ameaça envenenar todos os ramos da vida social, é preciso defender com todas as forças o grande tesouro ideal dos nossos precursores; mas isso não se faz elevando cada frase dos nossos egrégios pensadores de há cem anos, de há cinquenta, com obsessão unilateral, à categoria de uma verdade inapelável e absoluta, mas sim aplicando a todos os novos problemas -da era novíssima- a filosofia da liberdade e procurando para ela uma actuação prática. O anarquismo não é um sistema fechado de ideias, e sim uma interpretação do pensamento que se encontra em constante progressão, que não se pode encerrar em qualquer círculo, a não ser que se queira renunciar a ele. Isto é o que sempre sustentou Max Nettlau e que nunca devíamos esquecer. Cada um de nós não é mais do que um ser humano e como tal exposto a error. Todos aprendemos, através de constantes experiências, do estudo e da observação, uns mais, outros menos. Mas os pequenos ou grandes papas que nos querem prescrever o que devemos pensar não tem nenhum valor no movimento libertário. A linha "pura" adapta-se aos homens do Kremlim e a seus adeptos, mas não a nós. Por esta razão há que examinar toda a opinião e respeitá-la, quando surja duma convicção honrada. Quem se estima a si mesmo, estima também aos outros. Este é o fundamento natural de todas as relações humanas, o único que é também obrigatório para nós.

MARX E AS IDEIAS LIBERTÁRIAS

I

Há algúns anos, pouco depois de morte de Frederik Engels, o Sr. Edward Bernstein, um dos membros mais notáveis da comunidade marxista, assombrou os seus companheiros com descobertas notáveis. Bernstein manifestou publicamente as suas dúvidas relativamente à exactidão da interpretação materialista da história, da teoria marxista da mais-valia e da concentração do capital. Atacou mesmo o método dialéctico, chegando à conclusão de que não era possível falar de um socialismo crítico. Homem prudente, Bernstein reservou para si tais descobertas até que morresse o velho Engels, e só então as tornou públicas, ante o espanto dos sacerdotes do marxismo. Nem essa prudência conseguiu salvá-lo, pois atacaram-no de todas as maneiras. Kautzky escreveu um livro contra o herege, e o pobre Edward Bernstein viu-se obrigado a declarar, no Congresso de Hanover, que era um fraco pecador e que se submetia à decisão da maioria científica.

Entretanto, Bernstein nada tinha revelado de novo. As razões que opunha aos fundamentos da doutrina marxista já existiam quando ele era um apóstolo fiel da doutrina marxista. Esses argumentos haviam sido tirados da literatura anarquista, e a única coisa importante era o facto de se ter valido deles um social-democrata muito conhecido. Nenhuma pessoa sensata negará a impressão formidável que a crítica de Bernstein produziu no campo marxista. Bernstein abalara os fundamentos

mais importantes da economia metafísica de Karl Marx, e não é de estranhar o alvoroço provocado entre os respeitáveis representantes do marxismo ortodoxo.

Isto não teria sido tão grave se não intervisse outro inconveniente ainda pior. Há mais de meio século que os marxistas não cessam de pregar que Marx e Engels foram os descobridores do chamado “socialismo científico”. Inventou-se uma distinção artificial entre os socialistas chamados “utópicos” e o “socialismo científico” dos marxistas, diferença que existe somente na imaginação destes últimos. Nos países germânicos a literatura socialista foi monopolizada pelas teorias marxistas, e todos os sociais-democratas as consideraram como produtos puros e absolutamente originais das descobertas científicas de Marx e Engels.

Até este sonho se desvaneceu. As modernas investigações históricas estabeleceram, de maneira indestrutível, que o “socialismo científico” não é senão uma consequência das lucubrações dos antigos socialistas ingleses e franceses, e que Marx e Engels se revestiram com ideias alheias. Depois da revolução de 1848 iniciou-se na Europa uma reacção terrível. A Santa Aliança voltou a estender os seus tentáculos em todos os países, no propósito de sufocar o pensamento socialista que tão riquíssima literatura produzira na França, Bélgica, Inglaterra, Espanha e Itália. Essa literatura foi quase totalmente entregue ao esquecimento, durante a época do obscurantismo que começou depois de 1848. Muitas das obras mais importantes foram destruídas, ficando o seu número reduzido a poucos exemplares que encontraram abrigo nalgum canto de grandes bibliotecas públicas ou de alguns estudiosos. Só nos últimos vinte e cinco ou trinta anos essa literatura foi novamente descoberta, e hoje causam admiração as ideias fecundas que se encontram nos velhos escritos das escolas posteriores a Fourier e Saint-Simon, nas obras de Considérant, Demasy, Mey e muitos outros. Nessa literatura foi encontrada a origem do chamado “socialismo científico”. O nosso amigo V. Tcherkesoff foi o pri-

[[Rudolf Rucker

meiro a oferecer um conjunto sistemático de todos esses feitos¹, demonstrando que Marx e Engels não são inventores dessas doutrinas que durante tanto tempo foram consideradas parte integrante do seu património intelectual, -provando que alguns dos mais famosos trabalhos marxistas, como por exemplo o **Manifesto Comunista**, não são mais do que traduções livres do francês, feitas por Marx e Engels. Tcherkesoff viu serem reconhecidas como verdadeiras pelo *Avanti!*, órgão central da Social-Democracia italiana² as suas afirmações relativamente ao **Manifesto Comunista**, depois de o autor haver comparado o **Manifesto Comunista** com o **Manifesto da Democracia**, de Victor Considérant, publicado cinco anos antes do opúsculo de Marx e Engels.

O **Manifesto Comunista** é considerado como uma das primeiras obras do “socialismo científico” e o conteúdo desse trabalho foi tirado dos escritos dun “utopista”, pois o marxismo inclui Considérant entre os socialistas utópicos. Esta é uma das ironias mais crueis que se podem imaginar e não constitui, certamente, uma recomendação favorável ao valor científico do marxismo. Victor Considérant foi um dos primeiros escritores socialistas que Marx conheceu. Já se lhe havia referido quando ainda não era socialista. Em 1842, a *Allgemeine Zeitung*, atacou a *Rheinische Zeitung* da qual Marx era chefe da redacção, afirmando que ele simpatizava com o comunismo. Marx contestou num editorial³ no qual dizia o seguinte:

“Obras como as de Leroux, Considerant e especialmente o livro perspicaz de Proudhon não podem ser criticadas com algumas observações superficiais, sendo preciso estudá-las detidamente antes de as criticar.”

O socialismo francês exerceu a maior influência para o desenvolvimento intelectual de Marx, mas de todos os escrito-

1 V. Tcherkesoff: “Pages d'Histoire Socialiste: Les précurseurs de l'Internationale”.

2 Este artigo intitulado “Il manifesto della democrazia”, foi publicado no *Avanti!* (ano 6, nº 1901, no ano de 1902).

3 “Rheinische Zeitung”, nº 289, de 16 de Outubro de 1842.

res socialistas de França, foi P.J. Proudhon o que mais poderosamente influenciou no seu espírito. É mesmo evidente que foi o livro de Proudhon, ***Que é a propriedade?*** o que levou a Marx a abraçar o socialismo. As observações críticas de Proudhon sobre a economia política e as diversas tendências socialistas desdobraram ante Marx um mundo novo, e foi principalmente a teoria da mais-valia, tal como a desenvolveu o genial socialista francês, que causou maior impressão no espírito de Marx. A origem da doutrina da mais-valia, essa grandiosa “descoberta científica” de que tanto se orgulham os marxistas, encontramos nos escritos de Proudhon. Graças a ele, chegou Marx a conhecer essa teoria, que modificou mais tarde, depois de haver estudado os socialistas ingleses Bray e Thompson.

Marx chegou a reconhecer publicamente o grande significado científico de Proudhon, e num livro hoje desaparecido, chamou à obra de Proudhon ***Que é a propriedade?*** “o primeiro manifesto científico do proletariado francês”. Essa obra de Marx não foi re-editada pelos marxistas, nem traduzida para qualquer outra língua, apesar dos representantes oficiais do marxismo terem feito os maiores esforços para difundir em todas as línguas os escritos do mestre. Esse livro foi esquecido não se sabe por-quê. A sua reimpressão descobriria ao mundo o colossal contrassenso e a insignificância de todos os escritos posteriores de Marx contra o eminente teórico do anarquismo.

Marx não somente havia sido influenciado pelas ideias económicas de Proudhon, como também se sentia influenciado pelas teorias anarquistas do grande socialista francês, tanto assim que num dos seus trabalhos da mesma época combateu o Estado com argumentos de Proudhon.

II

Todos os que tenham estudado atentamente a evolução socialista de Marx reconhecerão que a obra de Proudhon ***Que é a propriedade?*** foi a que o converteu ao socialismo. Os que não conhecem de perto os pormenores dessa evolução e os que não tiveram a oportunidade de ler os primeiros trabalhos socia-

[[Rudolf Rocker

listas de Marx e Engels julgarão estranha e inverosímel esta afirmativa, porque em trabalhos posteriores Marx fala de Proudhon em ar de troça e de desprezo, e foram precisamente esses escritos que a social-democracia tem publicado e reimpresso constantemente.

Deste modo tomou corpo, pouco a pouco, a opinião de ter sido Marx, desde o início das suas campanhas, um adversário teórico de Proudhon e que jamais existiu entre eles qualquer contacto de ideias. Realmente, quando se lê o que Marx escreveu a respeito de Proudhon no seu livro **Miséria da Filosofia**, no **Manifesto Comunista** e no artigo necrológico que publicou no *Sozialdemokrat*, de Berlim, quando morreu Proudhon, não é possível formar outra opinião. Na **Miséria da Filosofia** ataca Proudhon rudemente, valendo-se de todos os recursos para demonstrar que as ideias deste não têm valor nem importância alguma como obra socialista e como crítica da economia política. “O Senhor Proudhon, disse, tem a desgraça de ser compreendido dum modo estranho. Em França ele tem o direito de ser um mau economista, porque é ali considerado um bom filósofo alemão. Na Alemanha, pode ser um mau filósofo, pois é considerado o melhor economista francês. Na minha qualidade de alemão e de economista, vejo-me obrigado a protestar contra este duplo erro”⁴. Marx foi mais longe: acusou Proudhon, sem oferecer nenhuma prova, de haver plagiado o economista inglês Bray. Escreveu: “*cremos ter achado no livro de Bray*⁵ *a chave de todos os trabalhos passados, presentes e futuros do sr. Proudhon*”.

É interessante observar como Marx, que tantas vezes se serviu de trabalhos alheios e cujo **Manifesto Comunista** não é na realidade mais do que uma cópia do **Manifesto da Democracia** de Victor Considérant, denunciava os outros como plagiadores.

No **Manifesto Comunista** Marx apresentou Proudhon

4 Marx - “Misère de la Philosophie”. Introdução.

5 Bray - “Labour’s Wrongs and Labour’s Remedy”.

como burguês e conservador.⁶ E no artigo necrológico que escreveu no *Sozialdemokrat* (1865) lê-se: “numa história rigorosamente científica da economia política, esse livro (refere-se a **Que é a propriedade?**) mal mereceria ser citado, porque semelhantes obras sensacionais desempenham nas ciências exactamente o papel da literatura novelesca.” No mesmo artigo necrológico Marx reitera a afirmação de que Proudhon não tinha valor como socialista e economista, opinião já emitida na **Miséria da Filosofia**.

É fácil compreender que tais afirmações de Marx contra Proudhon originassem a convicção de que entre ele e o grande escritor francês nunca existira o menor parentesco ideológico. Na Alemanha, Proudhon era quase totalmente desconhecido. As edições alemãs das suas obras, feitas em 1840 aproximadamente, estavam esgotadas. O único livro seu reeditado em alemão fora **Que é a propriedade?** e essa mesma edição circulava num meio muito restrito. Esta circunstância explica o facto de Marx haver conseguido apagar os vestígios da sua primeira evolução como socialista. Que a sua opinião inicial sobre Proudhon fora bem diferente já atrás o demonstramos e as conclusões que se seguem corroboram esta nossa asserção.

Na sua qualidade de chefe de redacção da *Rheinische Zeitung*, um dos principais órgãos da democracia alemã, Marx logrou conhecer os escritores socialistas mais afamados da França quando não era ainda ele próprio socialista. Registramos já um texto em que Marx se refere a Victor Considérant, Pierre Leroux e Proudhon, e não resta a menor dúvida de que Considérant e especialmente Proudhon foram os mestres que o atraíram ao socialismo. **Que é a propriedade?** Exerceu, sem dúvida, a maior influência no despertar socialista de Marx, tanto assim que no citado jornal apelidou Proudhon de “genial” e de “o mais sagaz e conseqüente dos escritores socialistas”⁷. Em 1843, a *Rheinische Zeitung* foi suprimida pela censura prusiana. Marx partiu para o estrangeiro. Foi durante esse exílio

6 Marx-Engels - “Das Kommunistische Manifest”, p. 21.

7 “*Rheinische Zeitung*”, 7 de Janeiro de 1843.

[[Rudolf Rocker

que evoluiu para o socialismo. Esta evolução ve-se claramente nas suas cartas ao escritor Arnold Ruge e, melhor ainda, na sua obra **A Sagrada Família**, que publicou em colaboração com Friedrich Engels. O livro aparecia em 1845 e visava estabelecer polémica com a nova tendência do pensador alemão Bruno Bauer⁸. Além de questões filosóficas, a obra ocupa-se também de economia política e de socialismo, e são precisamente essas partes que nos interessam.

De todos os trabalhos publicados por Marx e Engels **A Sagrada Família** foi o único não traduzido para outros idiomas e do qual os socialistas alemães não fizeram nova edição. É verdade que Franz Mehring, herdeiro literário de Marx e Engels, publicou, por encargo do Partido Socialista Alemão, **A Sagrada Família**, juntamente com outros textos correspondentes ao primeiro período de acção socialista dos autores, mas isso foi feito sessenta anos mais tarde, a reedição destinava-se aos especialistas e, pelo seu elevado custo, não estava ao alcance da bolsa dos trabalhadores. Assim continuou Proudhon a ser pouco conhecido na Alemanha, raros sendo os que chegaram a verificar a enorme divergência dos juízos de Marx sobre o grande socialista francês.

E, no entanto, **A Sagrada Família** demonstra claramente o processo evolutivo de Marx para o socialismo e a poderosa influência que sobre ele exerceu Proudhon. Tudo o que os

8 B. Bauer era um dos mais assíduos ao círculo berlinense “Os Livres”, onde se podiam ver figuras destacadas do livre-pensamento alemão (primeira metade do século passado), como Feuerbach, o autor de “*A Essência do Cristianismo*”, obra profundamente ateia (editada por “*Claridade*”) ou Max Stirner, o autor de “*o única e a sua propriedade*”. O pensamento autoritário de Karl Marx tinha forçosamente que se chocar com as ideias livres de B. Bauer e seus companheiros, entre os quais não devemos esquecer E. Bauer, cuja obra “*Der Kritik mit Kirche und Staat*” (A crítica da Igreja e do Estado) foi completamente sequestrada pelos doministas e incendiada (primeira edição de 1843). A segunda edição (Berna, 1844) teve melhor sorte. Mas o mesmo não aconteceu ao seu autor, que foi condenado e encarcerado pelas suas ideias contrárias à Igreja e ao Estado.

marxistas atribuem ao mestre reconhecia Marx, em **A Sagrada Família**, como mérito de Proudhon. Vejamos na página 36: *“Todo o desenvolvimento da economia nacional considera a propriedade privada como hipótese inevitável. Esta hipótese constitui para ela um factor incontestável que nem sequer trata de investigar e à qual se refere acidentalmente, segundo a expressão de Say. Proudhon propôs-se analisar de modo crítico a base da economia nacional, a propriedade privada, e a sua foi a primeira investigação enérgica e, simultaneamente, considerável e científica. Nisto consiste o notável progresso científico que ele realizou e que revolucionou a economia nacional, criando a possibilidade de fazer dela uma verdadeira ciência. Que é a propriedade?, de Proudhon, tem para a economia a mesma importância que a obra de Say Que é o Terceiro Estado? teve para a política moderna”.*

É interessante comparar estas palavras de Marx com as que depois escreveu sobre o grande teórico da anarquia. Em **A Sagrada Família** disse que **Que é a propriedade?** foi a primeira análise científica da propriedade privada e que deu a possibilidade de se fazer da economia uma verdadeira ciência, e, no seu conhecido artigo necrológico publicado no *Sozialdemokrat*, afirmou que numa história rigorosamente científica da economia a obra de Proudhon apenas mereceria ser mencionada. Qual a causa de semelhante contradição? A esta pergunta os representantes do chamado “socialismo científico” ainda não deram resposta. Realmente só pode haver uma explicação: Marx queria ocultar a fonte em que havia bebido. Todos os que tenham estudado a questão e não se sintam arrastados pelo fanatismo partidário terão que reconhecer que esta explicação não é infundada.

Continuemos ouvindo as manifestações de Marx sobre a importância histórica de Proudhon. Na página 52 do mesmo livro lê-se: *“Proudhon não somente escreveu em favor dos proletários, como também ele próprio é um proletário, um trabalhador; a sua obra é um manifesto científico do proletariado francês.”*

[[Rudolf Rocker

Aquí, como se vê, Marx expressa-se em termos precisos, apontando Proudhon como um expoente do socialismo proletário e afirmando que a sua obra constitui um manifesto científico do proletariado francês. Em contrapartida, no **Manifesto Comunista**, assegura que Proudhon encarna o socialismo burgês e conservador. Já viram maior contradição? Em quem devemos acreditar, no Marx da **Sagrada Família**, ou no Marx do **Manifesto Comunista**? E porquê essa divergência? Eis a pergunta que fazemos novamente e, como é natural, a resposta é também a mesma: Marx queria ocultar a todos o que devia a Proudhon, e para tal qualquer meio era lícito. Não pode haver outra explicação para esse fenómeno. Os meios que Marx utilizou mais tarde na sua luta contra Bakunine evidenciam que ele não se constringia na escolha.

III

Quão grande foi em Marx a influência de Proudhon, até mesmo pela concepção anarquista, demonstram-no à sociedade os seus escritos políticos da época em que escrevia no *Vorwaerts*, de Paris. O *Vorwaerts* era um periódico que se publicava na capital francesa em 1844 e 1845, sob a direcção de Henri Bernstein. A sua tendência era liberal a princípio, mas depois do desaparecimento dos *Anais Germano-Franceses*, Bernstein travou relações com os antigos colaboradores desta publicação, e estes conquistaram-no para a causa socialista. Desde então o *Vorwaerts* converteu-se em órgão oficial do socialismo, e numerosos colaboradores da extinta publicação de A. Ruge, entre eles Bakunine, Marx, Engels, Henri Heine, George Herwegh, etc., aí publicaram trabalhos.

No número 63 do *Vorwaerts* (7 de Agosto de 1844) publicou Marx um artigo de polémica intitulado **Anotações críticas ao artigo O rei da Prússia e a Reforma Social**. Nele estudava a natureza do Estado e demonstrava a incapacidade absoluta deste organismo para minorar a miséria social e acabar com o pauperismo. As ideias que autor desenvolvia nesse artigo eram puramente anarquistas e estavam em perfeita concordância com as concepções manifestadas a esse

respeito por Proudhon, Bakunine e outros teóricos do anarquismo. Pelo extracto seguinte desse trabalho os leitores poderão julgar:

“O Estado é incapaz de suprimir a miséria social e acabar com o pauperismo. E quando se preocupa com esses problemas e resolve fazer alguma coisa não dispõe doutros recursos que não sejam a beneficiência pública e as medidas de carácter administrativo. Frequentemente nem isso faz. Nenhum Estado pode proceder doutra forma porque, para suprimir a miséria, deveria começar por se suprimir a si mesmo, pois a causa do mal está na essência, na natureza do Estado, e não numa forma determinada dele como supões muitos radicais revolucionários que aspiram a substituir uma estrutura estatal por outra melhor. É um erro gravíssimo acreditar que a miséria e os terríveis males do pauperismo podem ser curados por uma forma qualquer de Estado. Se o Estado reconhece a existência de certos males sociais trata de explicá-los, seja como leis naturais contra as quais o homem nada pode, seja como resultado da vida privada em que não pode imiscuir-se ou, finalmente, como defeitos da administração pública. Por isso na Inglaterra a miséria é considerada como consequência duma lei natural, segundo a qual os seres humanos aumentam mais depressa que os meios de subsistência. Outros afirmam que a preguiça dos pobres é a causa da sua pobreza. O rei Federico Guilherme da Prússia achava que a causa estava nos corações pouco cristãos dos ricos e a Convenção e o Parlamento Revolucionário franceses sustentaram que os males sociais são a consequência do ânimo contra-revolucionário demonstrado pelos proprietários. Por conseguinte na Inglaterra castigam-se os pobres, o rei da Prússia lembra aos ricos os seus deveres de cristãos e a Convenção Francesa corta-va as cabeças dos proprietários.

Todos os Estados procuram a causa da miséria nos defeitos fortuitos ou intencionais da administração e, conseqüentemente, julgam possível reduzir o mal mediante reformas administrativas. Mas o Estado não tem poder para suprimir a con-

[[Rudolf Rucker

tradição existente entre a boa vontade da administração e a sua incapacidade real porque, se assim fosse, teria de se anular a si mesmo já que se baseia na contradição entre a vida pública e a privada, entre os interesses gerais e os particulares. Por isso a administração se acha limitada a uma função essencialmente formal e negativa dado que onde começa a vida civil termina o poder da administração. O Estado não pode impedir nunca as consequências que resultam logicamente do carácter anti-social da vida civil, da propriedade privada, do comércio, da indústria e da exploração mútua entre os diversos grupos sociais. A baixez e a escravidão da sociedade burguesa constituem o fundamento natural do Estado moderno. A existência do Estado e a escravização do homem são inseparáveis. Do mesmo modo que o antigo Estado e a escravidão antiga (contradições clássicas e francas) estavam intimamente vinculadas entre si, também o Estado moderno e o actual mundo dos negociantes (contradição cristã e hipócrita) estão fortemente ligados um ao outro.”

Esta interpretação essencialmente anarquista da natureza do Estado, que parece tão estranha em face das doutrinas posteriores de Marx, é uma prova evidente da origem anarquista da sua primeira evolução socialista. No mencionado artigo reflectem-se os conceitos da crítica de Proudhon ao Estado, crítica que teve a sua primeira expressão no famoso livro **Que é a propriedade?** Esta obra imortal exerceu influência decisiva na evolução do comunista alemão, apesar dele se haver esforçado por todos os meios (nem sempre nobres), em negar as primeiras fases da sua actuação como socialista. Naturalmente os marxistas apoiaram o mestre e assim se desenvolveu pouco a pouco o falso conceito histórico sobre as relações entre Marx e Proudhon.

Principalmente na Alemanha, onde Proudhon é quase desconhecido, puderam circular as mais estranhas afirmações. Mas à medida que vão sendo conhecidas as obras importantes da velha literatura socialista, vê-se que tudo quanto é denominado “socialismo científico” se deve aos “utopistas”, durante

longo tempo esquecidos em virtude do gigantesco reclame feito à escola marxista e a outros factores que relegaram para o esquecimento a literatura socialista do primeiro período. No entanto um dos mestres mais importantes de Marx foi precisamente Proudhon, o anarquismo caluniado e mal compreendido pelos socialistas legalitários.

IV

A 20 de Julho de 1870, Marx escrevia a Engels: *“A França deve ser golpeada rudemente, pois se a Prússia consegue sair vitoriosa, o poder estatal chegará a estar mais centralizado e o mesmo ocorrerá com todo o movimento operário da Alemanha. O poder da Alemanha trasladará o centro do movimento operário da França para a Alemanha. Basta comparar o movimento nestes dois países, desde 1866 aos nossos dias, para se compreender a superioridade da classe operária alemã sobre a francesa, tanto em teoria como na organização e sua maior potência nos acontecimentos internacionais significa um triunfo para a nossa doutrina sobre a de Proudhon...”*

Marx tinha razão: o triunfo da Alemanha sobre a França significou uma nova rota na história do movimento operário europeu.

O socialismo revolucionário e liberal dos países latinos foi posto de lado, deixado o campo às teorias estatais e anti-anarquistas do marxismo. A evolução daquele socialismo vivificante e criador viu-se travada pelo novo dogmatismo férreo que pretendia possuir um pleno conhecimento da realidade social, quando era apenas um conjunto de fraseologias teológicas e de sofismas fatalistas, e resultou ser logo o sepulcro de todo o verdadeiro pensamento socialista.

Com as ideias, mudaram também os métodos de luta do movimento socialista. Em vez dos grupos revolucionários para a propaganda e para a organização das lutas económicas, nos quais os internacionalistas tinham visto a semente da sociedade futura e os órgãos aptos para a socialização dos meios de produção e intercâmbio, conheceu então a era dos partidos

[[Rudolf Rocker

socialistas e da representação parlamentar do proletariado. Pouco a pouco esqueceu-se a antiga educação socialista que levava aos operários à conquista da terra e das fábricas, pondo no seu lugar a nova disciplina de partido que considerava a conquista do poder político como o seu supremo ideal.

Bakunine, o grande opositor de Marx, observou com clarividência a mudança de situação e com o coração amargurado previu que, com o triunfo de Alemanha e a queda da Comuna de Paris, começara um novo capítulo na história da Europa. Fisicamente esgotado e encarando a morte escreveu, a 11 de Novembro de 1874, estas importantes palavras a Ogaref: *“O Bismarkismo -que vem a ser militarismo, regime policiesco e monopólio financeiro fundidos num sistema que se intitula Novo Estado- está triunfando em toda a parte, mas talvez dentro de dez ou quinze anos a inestimável evolução da espécie humana iluminem novamente as sendas do triunfo”*. Bakunine enganou-se nessa ocasião, não calculando que havia de passar meio século até que, no meio de uma terrível catástrofe mundial, fosse derrotado o Bismarkismo.

V

Assim como o triunfo da Alemanha em 1871 e a queda da Comuna de Paris foram os símbolos da desapareição da velha Internacional, assim a Grande Guerra de 1914-18 foi o ponto de arranque da bancarrota do socialismo político.

E aquí ocorre um estranho sucesso que resulta às vezes verdadeiramente grotesco e que só atopa a sua explicação na falta de conhecimento da história do velho movimento socialista. Bolcheviques, independentes, comunistas, etc., não deixaram de acusar os herdeiros da velha socialdemocracia de uma vergonhosa deturpação dos princípios do marxismo. Acusaram-nos de se ter aderido ao movimento socialista no pântano do parlamentarismo burgês, de terem interpretado mal a atitude de Marx e Engels sobre o estado, etc., etc.

O director espiritual dos bolcheviques, Lenine, tratou de fundamentar a sua acusação sobre bases sólidas no seu

conhecido livro *O Estado e a Revolução*, que é reputado pelos seus discípulos como a verdadeira e pura interpretação do marxismo. Por meio de uma coleção de citações perfeitamente ordenadas pretende demonstrar Lenine que “os fundadores do socialismo científico” foram sempre inimigos declarados da democracia e do parlamentarismo e que todas as suas aspirações eram encaminhadas para o desaparecimento do Estado.

Convém não esquecer que Lenine fez esta descoberta quando o seu partido, contra todas as suas esperanças, se viu, em minoria, depois das eleições para a Assembleia Constituinte. Até então os bolcheviques tinham participado com outros partidos nas eleições e trataram de não se pôr em conflito com os princípios da democracia. Nas últimas eleições para a Assembleia Constiuinte de 1918, tomaram parte com um programa grandioso, esperando obter uma maioria importante. Mas ao ver que, apesar de tudo, estavam em minoria, declararam guerra à democracia e dissolveram a Assembleia Constituinte, publicando então Lenine a sua obra “*O Estado e a Revolução*” como um justificativo pessoal.

VI

A tarefa de Lenine não foi fácil; por um lado via-se obrigado a fazer concessões avançadas às tendências anti-estatais anarquistas e por outro, a demonstrar que a sua atitude não era em modo nenhum anarquista, mas unicamente marxista. Como inevitável consequência de tudo isto a sua obra está cheia de erros contra toda a lógico do são pensamento do homem. Um exemplo provará esta afirmação: Lenine querendo acentuar o mais possível uma tendencia anti-estatal de Marx, cita o conhecido parágrafo da *Guerra Civil em França*, onde Marx dá a sua aprovação à Comuna por ter começado a destruir o Estado parasitário. Mas Lenine não se dá ao trabalho de recordar que Marx se viu obrigado com estas palavras -que estão em aberta contradição com toda a sua atitude anterior- a fazer uma concessão aos partidários de Bakunine, com os quais mantinha, na altura, uma luta muito acesa.

[[Rudolf Rocker

Até o próprio Franz Mehring -a quem não se pode negar a simpatia que tinha pelos socialistas maioritários- reconheceu essa contradição no seu último livro **Karl Marx**, onde disse: *“Não obstante toda a veracidade dos detalhes dessa obra, está fora de dúvida que o pensamento ali expresso contradiz todas as opiniões que Marx e Engels vinham proclamando desde o Manifesto Comunista, um quarto de século antes”*.

Bakunine estava certo ao dizer então: *“A impressão da Comuna levantada em armas foi tão imponente que até os próprios marxistas, cujas ideias tinham sido completamente abaladas pela revolução de Paris, tiveram que fazer uma vénia perante os feitos da Comuna. Fizeram mais ainda: em contradição com toda a lógica e com todas as suas conhecidas convicções tiveram que se relacionar com a Comuna e identificar-se com os seus princípios e aspirações. Foi um carnavalesco jogo cómico... mas necessário, pois o entusiasmo provocado pela revolução era tão grande que teriam sido rechaçados e acossados de todos os lados se tivessem tentado fechar-se nos seus dogmas”*.

VII

Lenine ainda esquece algo mais que é, por certo, de capital importância nesta questão. É o seguinte: que foram precisamente Marx e Engels que obrigaram as organizações da velha Internacional a desenvolver uma acção parlamentar, tornando-se, deste modo, responsáveis directos pelo empastelamento colectivo do movimento operário socialista no parlamentarismo burguês. A Internacional foi a primeira tentativa para unir os trabalhadores organizados de todos os países numa grande União, cuja aspiração final seria a libertação económica de todos os trabalhadores. Diferenciando-se entre si as ideias e os métodos das diferentes secções, era de capital importância estabelecer os pontos de contacto para a obra comum e reconhecer a ampla autonomia e a autoridade independente das diferentes secções. Enquanto isto se fez a Internacional cresceu poderosamente e floresceu em todos os países. Mas tudo mudou por completo desde o momento em que Marx e Engels se empen-

haram em empurrar as diferentes Federações nacionais para a acção parlamentar. Isto aconteceu pela primeira vez na desgraçada Conferência de Londres em 1871, onde lograram fazer aprovar uma resolução que terminava com as seguintes palavras:

“CONSIDERANDO: que o proletariado só pode permanecer como classe constituindo-se em partido político à parte, em oposição a todos os velhos partidos das classes dominantes; que esta constituição do proletariado em partido político é necessária para chegar ao triunfo da Revolução Social e a sua finalidade -o desaparecimento das classes-; que a união das forças proletárias que se vem conseguindo pelas lutas económicas é também um meio de que se valem as massas contra as forças políticas do Capitalismo; a Conferência lembra aos membros da Internacional a necessidade de manter nas lutas operárias indissolúvelmente unidas as suas actividades económicas e políticas”.

Que uma só secção ou federação da Internacional adoptasse tal resolução era coisa bem possível, pois só aos seus companheiros envolveria o cumprimento dela; mas que o Conselho Executivo a impusesse a todos os componentes da Internacional, e para mais tratando-se de um assunto que não foi apresentado ao Congresso Geral, constituía um poder arbitrário, em aberta contradição com o espírito da Internacional e que tinha necessariamente que levantar o protesto enérgico de todos os elementos individualistas e revolucionários.

O Congresso vergonhoso de Haia, em 1872, concluiu a obra empreendida por Marx e Engels para transformar a Internacional numa maquinaria de eleições, incluindo para este efeito uma cláusula que obrigava as diferentes secções a lutar pela obtenção do poder político. Foram, pois, Marx e Engels os culpados do divisionismo na Internacional, com todas as suas consequências funestas para o movimento operário, e os que pela acção política trouxeram o empastelamento e a degeneração do socialismo.

O SISTEMA DOS SOVIETES OU A DITADURA DO PROLETARIADO

Pode pensar-se que há um lapso neste título e que o sistema dos soviets e a ditadura são uma e a mesma coisa. Na realidade são duas noções muito diferentes que, longe de se completarem, se excluem mutuamente. Só uma lógica viciada, de partido, pode admitir tal fusão onde, na realidade, existe uma oposição muito nítida.

A idéia dos Sovietes é uma expressão correcta do que entendemos por revolução social; corresponde à parte inteiramente construtiva do socialismo. A ideia de ditadura é de origem puramente burguesa e nada tem em comum com o socialismo. Podem reunir-se artificialmente estas duas noções mas o resultado só poderá ser uma caricatura da ideia original dos Sovietes, em prejuízo da ideia fundamental do socialismo.

A ideia dos Sovietes não é uma ideia nova, nascida da Revolução russa, como muitas vezes se julga. Nasceu no seio da ala mais avançada do movimento operário europeu, no momento em que a classe operária saía da crisálida do radicalismo burguês para voar com as suas próprias asas. Foi o momento em que a Associação Internacional dos Trabalhadores fez a grande tentativa para agrupar numa única vasta união os operários dos diferentes países e de abrir-lhes assim o caminho da emancipação. Embora a Internacional tivesse sobretudo o carácter duma vasta organização de uniões profissionais, os seus estatutos foram redigidos de modo a permitir a todas as

tendências socialistas da época tomarem lugar nas suas fileiras, desde que estivessem de acordo quanto ao fim último.

As ideias da grande Associação estavam longe de ter, no início, a clareza e a expressão definida que adquiriram naturalmente nos Congressos de Genebra, em 1866, e de Lausana, em 1867. Mas quanto mais a Internacional amadurecia interiormente, e mais se estendia como organização de combate, mais nítidas se tornavam as ideias dos seus adeptos. A acção prática na luta quotidiana entre o capital e o trabalho conduzia, por si mesma, a uma compreensão mais profunda dos princípios fundamentais.

Depois que o Congresso de Bruxelas (1868), ao pronunciar-se a favor da propriedade colectiva do solo, do subsolo e dos instrumentos de trabalho, criou uma base para o desenvolvimento ulterior da Internacional.

No Congresso de Basileia, em 1869, a evolução interior da grande Associação operária tinha atingido o seu ponto culminante. A par da questão do solo e do subsolo, de que o Congresso se voltou ocupar, foi a questão das uniões operárias que passou a primeiro plano.

Um relatório sobre essa questão, apresentado pelo belga Hins e pelos seus amigos, provocou um vivo interesse; as tarefas que incumbiam às uniões operárias e à importância que estas apresentavam, foram pela primeira vez aí expostas, sob um ponto de vista inteiramente novo, assemelhando-se até certo ponto às ideias de Robert Owen. Em Basileia proclamou-se clara e nitidamente que a união profissional, a *trade-union*, não era uma organização ordinária e transitória que só tinha razão de ser no seio das sociedades capitalistas e que com elas devia desaparecer. A ideia perfilhada pelo socialismo estatal, de que a acção das uniões operárias se deve limitar a à obtenção de melhores condições de vida nos limites do salariato, foi radicalmente modificado nesse Congresso.

O relatório de Hins e dos seus camaradas mostrou que as organizações de luta económica operária devem ser consi-

[[Rudolf Rocker

deradas como células da futura sociedade socialista e que a tarefa da Internacional é educar estas organizações para as tornar capazes de realizar a sua missão histórica. O Congresso adoptou este ponto de vista; mas sabemos hoje que muitos delegados, principalmente os representantes das organizações operárias alemãs, nunca quiseram executar o que essa resolução implicava.

Após o Congresso de Basileia e, sobretudo, depois da guerra de 1870, que desviou o movimento social europeu para uma via absolutamente diferente, surgiram nitidamente duas tendências no seio da Internacional, tendências que entraram em conflito aberto e vieram a provocar uma cisão no seio da Associação. Tem-se querido reduzir estas lutas interiores a querelas puramente pessoais e, principalmente à “rivalidade” entre Miguel Bakunine e Karl Marx e o Conselho Geral de Londres. Nada mais falso e infundado que esta ideia, que resulta duma ignorância completa dos factos. Considerações de ordem pessoal desempenham, certamente, algum papel nestas lutas como quase sempre acontece em cosos semelhantes.

Foram sobretudo Marx e Engels que, nos seus ataques a Bakunine, fixaram tudo quanto era humanamente possível; facto que o próprio biógrafo de Marx, Franz Mehring, não pôde ocultar. Mas seria um erro ver, nestas aborrecidas querelas, a verdadeira causa da oposição entre estes homens. Tratava-se, na realidade, de duas concepções diferentes do socialismo e, principalmente dos caminhos que a ele conduzem. Marx e Bakunine foram apenas os mais elementos mais destacados nesta luta pelos princípios fundamentais; mas o conflito ter-se-ia igualmente produzido sem eles. Porque não se tratava duma oposição entre personalidades, mas duma oposição entre correntes de pensamento que tinham e mantêm, até ao presente, toda a sua importância.

Os operários dos países latinos, onde a Internacional encontrou o seu principal apoio, desenvolveram o seu movimento partindo das organizações de luta económica. O Estado, aos seus olhos, era apenas o agente político e o defensor das

classes possidentes; por isso eles visavam não a conquista do poder político, mas a supressão do Estado e de todo o poder político, sob que forma fosse, porque eles viam nele um prelúdio à tirania e à exploração. Assim não queriam imitar a burguesia fundando um novo partido político, origem duma nova classe de políticos profissionais. O seu fim era apoderar-se das máquinas, da indústria, do solo e do subsolo; previam muito bem que essa finalidade os separava completamente dos políticos radicais burgueses, prontos a tudo sacrificar à conquista do poder político. Compreenderam que com o monopólio da posse devia também cair o monopólio do poder; que a vida inteira da sociedade futura se devia fundar em bases completamente novas. Partindo da ideia que a “dominação do homem pelo homem” estava ultrapassada, compenetraram-se da ideia da “administração das coisas”. Substituíram a política dos partidos no seio do Estado por uma política econômica do trabalho. Compreenderam que a reorganização da sociedade num sentido socialista deve ser realizada na própria indústria, e é desta noção que nasceu a ideia dos “Conselhos (Sovietes).

Estas idéias da ala antiautoritária da Internacional foram aprofundadas e desenvolvidas, duma maneira particularmente clara e precisa, nos Congressos da *Federacion del Trabajo* espanhola. Foi lá que introduziram os termos de *Buntos* e de *Consejos del trabajo* (“Comunas operárias” e “Conselhos operários”).

Os socialistas libertários da Internacional compreenderam muito bem que o socialismo não pode ser ditado por um governo, mas que deve desenvolver-se duma maneira orgânica de baixo para cima; compreenderam que são os próprios operários que devem tomar em mãos a organização da produção e do consumo. E opuseram esta ideia, ao socialismo de Estado dos políticos parlamentares.

Nos anos seguintes houve ferozes perseguições ao movimento operário nos países latinos; o ponto de partida foi o esmagamento da Comuna de Paris e a repressão estendeu-se em seguida à Espanha e à Itália. A ideia dos “Conselhos” pas-

[[Rudolf Rocker

sou a segundo plano, porque toda a propaganda aberta era perseguida e as organizações secretas que os operários formavam eram obrigadas a empregar todas as suas forças no combate à reacção e na defesa das suas vítimas.

O sindicalismo revolucionário e a ideia dos conselhos

O desenvolvimento do sindicalismo revolucionário fez ressurgir esta ideia, deu-lhe uma vida nova. Durante a época mais activa do sindicalismo revolucionário francês, de 1900 a 1907, a ideia dos Conselhos foi desenvolvida de forma clara e definida.

Basta relancear os olhos pelos escritos de Pouget, Griffuelhes, Monatte, Yvetot e tantos outros, para nos convencer-mos que nem na Rússia nem em qualquer outro sítio, a ideia dos Conselhos foi enriquecida de qualquer elemento novo que os propagandistas do sindicalismo revolucionário não houvessem já formulado quinze ou vinte anos antes.

Os partidos operários socialistas repudiavam então em absoluto a ideia dos Conselhos e a grande maioria dos que agora a defendem, sobretudo na Alemanha, consideravam-na nessa época uma nova e desprezível utopia. O próprio Lenin declarava, em 1905, ao presidente do Conselho de delegados operários de Petrogrado que o sistema dos Conselhos era uma instituição obsoleta com a qual o seu partido nada podia ter em comum.

Ora esta concepção dos Conselhos, cuja honra cabe aos socialistas revolucionários, marca o ponto mais importante e constitui a pedra angular de todo o movimento operário internacional. Devemos acrescentar que o sistema dos Conselhos é a única instituição suscetível de conduzir à realização do socialismo, porque qualquer outra via seria errónea. A “utopia” mostrou-se mais forte que a “ciência”.

É também incontestável que a ideia dos Conselhos decorre logicamente da concepção dum socialismo libertário, que se desenvolveu lentamente no seio do movimento operário, em

oposição ao socialismo de Estado e a todas as tradições da ideologia burguesa.

A "Ditadura do proletariado", herança da burguesia

Não pode dizer-se o mesmo da ideia de ditadura. Esta não deriva do mundo das concepções socialistas. Não é um produto do movimento operário, mas uma lamentável herança da burguesia, oferecida em dote ao proletariado para o fazer feliz. Está intimamente ligada às aspirações do poder político que é igualmente de origem burguesa.

A ditadura é uma das formas que o poder estatal pode assumir. É o Estado submetido ao estado de sítio. Como todos os outros adeptos da ideia estatal, os partidários da ditadura pretendem -como medida provisória- impor ao povo a sua vontade. Esta concepção é, por si mesma, um obstáculo à revolução social, cujo elemento vivo próprio é precisamente a participação construtiva e a iniciativa directa das massas.

A ditadura é a negação, a destruição do ser orgânico, do modo de organização natural, de baixo para cima. Alega-se a menoridade do povo, a sua incapacidade para se tornar senhor dos seus destinos. É dominação sobre as massas, que ficam sob a tutela duma minoria. Os seus partidários podem ter as melhores intenções, mas a lógica do poder força-os-á sempre a entrar no caminho do despotismo mais extremo.

A ideia da ditadura foi tomada pelos nossos socialistas-estatistas ao partido pequeno-burguês que foi o partido dos Jacobinos. Este partido qualificava de crime toda greve e proibia, sob pena de morte, as associações operárias. Saint-Just e Couthon foram os seus portavozes mais enérgicos, e Robespierre actuava sob a sua influência.

A representação falsa e unilateral da grande revolução dada pelos historiadores burgueses e que influenciou fortemente a maioria dos socialistas, contribuiu muito para dar à ditadura dos Jacobinos um relevo que não merecia e que o Martí-

[[Rudolf Rucker

rio de seus principais chefes aumentou ainda mais. A maioria, sempre inclinada ao culto dos mártires, torna-se incapaz dum juízo crítico sobre es ideias e os actos.

Conhecemos a obra criadora da Revolução: a abolição do feudalismo e da monarquia; os historiadores glorificaram-no como a obra dos Jacobinos e dos revolucionários da Convenção e daqui resultou, com o decorrer do tempo, uma concepção completamente falsa da história da Revolução.

Sabemos hoje que esta concepção se baseou numa ignorância voluntária dos factos históricos, principalmente da verdade que a obra criadora da grande Revolução foi realizada pelos camponeses e pelos proletários das cidades, contra a vontade da Assembleia Nacional e da Convenção. Os Jacobinos e a Convenção sempre combateram vivamente as inovações radicais, até que se econtrassem em fase dos factos consumados, e não lhes fosse possível resistir mais. Assim a abolição do sistema feudal é devida unicamente às incessantes revoltas camponesas, ferozmente perseguidas pelos partidos políticos.

Ainda em 1792, a Assembleia Nacional mantinha o sistema feudal e é somente em 1793, quando os camponeses se lançam energicamente à conquista dos seus direitos, que a Convenção "revolucionária" sanciona a abolição dos direitos feudais. O mesmo aconteceu no que respeita à abolição da monarquia.

As tradições jacobinas e o socialismo

Os primeiros fundadores dum movimento socialista popular na França vieram do campo dos Jacobinos, e era perfeitamente natural que a herança do passado pesasse sobre eles.

Quando Babeuf e Darthey organizaram a conspiração dos "Iguais", queriam fazer da França, por meio da ditadura, um Estado agrícola comunista. Como comunistas compreendiam que para atingir o ideal da grande Revolução era necessário resolver a questão econômica; mas como Jacobinos julga-

vam que este fim podia ser atingido pelo poder do Estado, munido de poderes mais vastos. A crença na onipotência do Estado atingiu o seu mais alto grau entre os Jacobinos; penetrou-os tão profundamente que não conseguiam imaginar nenhuma outra via a seguir.

Babeuf e Darthey foram arrastados moribundos à guilhotina mas as suas ideias sobreviveram no povo e acharam refúgio nas Sociedades secretas dos babouvistas, sob o reino de Louis-Philippe. Homens como Barbès e Blanqui actuaram no mesmo sentido, lutando pela ditadura do proletariado destinada a realizar os fins comunistas.

É destes homens que Marx e Engels herdaram a ideia da ditadura do proletariado, expressa no **Manifesto comunista**. Entendiam-na como a instauração dum poder central poderoso cuja tarefa seria quebrar, por leis coercitivas radicais, o poder da burguesia, e organizar a sociedade no espírito do socialismo de Estado.

Estes homens vieram para o socialismo do campo da democracia burguesa; estavam profundamente penetrados pelas tradições jacobinas. Mais, o movimento socialista da época não estava ainda suficientemente desenvolvido para abrir o seu próprio caminho e vivia mais ou menos das tradições burguesas.

Tudo pelos Conselhos!

Foi somente com o desenvolvimento do movimento operário, na época da Internacional, que o socialismo se achou em estado de sacudir os últimos vestígios das tradições burguesas e voar inteiramente com as suas próprias asas. A concepção dos Conselhos abandonava a noção do Estado e da política do poder, sob qualquer forma que se apresentasse; achava-se assim em oposição directa com qualquer ideia de ditadura; esta, com efeito, quer não somente arrancar o instrumento do poder às forças possidentes e ao Estado, mas também a desenvolver o mais possível o seu próprio poder.

[[Rudolf Rocker

Os pioneiros do sistema dos Conselhos viram muito bem que com a exploração do homem pelo homem deve desaparecer também a dominação do homem pelo homem. Compreenderam que o Estado, o poder organizado das classes dominantes, não pode ser transformado em instrumento de emancipação para o trabalho. Pensavam portanto que a destruição do antigo aparelho do poder deve ser a tarefa mais importante da revolução social, a fim de tornar impossível toda nova forma de exploração.

Que nos não objetem que a “ditadura do proletariado” se não pode comparar a qualquer outra ditadura, pois se trata da ditadura de uma classe. A ditadura duma classe não pode existir como tal, porque se trata sempre, no fim de contas, da ditadura dun certo partido que se arroga o direito de falar em nome duma classe. Foi assim que a burguesia, em luta contra o despotismo, falava em nome do “povo”; a aspiração ao poder torna-se extremamente perigosa nos partidos que nunca ascenderam no poder

Os humildes que ascendem ao poder são ainda mais repugnantes e mais perigosos que os novos ricos. A Alemanha mostra-nos, a este propósito, um exemplo instrutivo: vivemos aí agora sob a ditadura poderosa dos políticos profissionais da social-democracia e dos funcionários centralistas dos sindicatos. Nenhum meio lhes parece demasiado brutal ou demasiado baixo contra os membros de sua própria “classe” que ousam estar em desacordo com eles.

Estes homens desembaraçaram-se de todas as conquistas da revolução burguesa que garantem a liberdade e a inviolabilidade da pessoa; desenvolveram o mais terrível sistema policial a ponto de poderem deter qualquer pessoa que lhes desagrade e torná-la inofensiva por um tempo determinado. As célebres “cartas de prego” dos déspotas franceses e a deportação administrativa do czarismo russo foram ressuscitadas por estes singulares partidários da “democracia”.

Estes homens alegam, certamente, e em todos os momentos, a sua Constituição, que garante aos bons alemães to-

dos os direitos possíveis; mas esta Constituição só existe no papel; o mesmo acontece com a célebre Constituição republicana de 1793 que nunca foi aplicada pois Robespierre e os seus adeptos declararam não a poder pôr em prática por estar a pátria em perigo. Mantiveram pois a ditadura e esta conduziu ao 9 Thermidor, à dominação vergonhosa do Directório e por fim, à ditadura militar napoleônica. Na Alemanha chegou-se já ao Directório; falta apenas o homem que desempenhará o papel de Napoleão⁹.

Decerto sabemos que a revolução se não pode fazer com água de rosas; sabemos também que as classes possidentes não abandonarão voluntariamente os seus privilégios. No dia da revolução vitoriosa os trabalhadores terão de impor a sua vontade aos detentadores actuais do solo, do subsolo e dos meios de produção. Mas isto não poderá produzir-se, segundo nós, se os trabalhadores não tomarem eles mesmos em mãos o capital social e, antes do mais, se não demolirem o aparelho de força política que foi sempre até ao presente, e continuará a ser, a fortaleza que permite enganar as massas. Este acto é, para nós, um acto de libertação, uma proclamação de justiça social; é a essência mesma da revolução social, que nada tem em comum com a idéia puramente burguesa da ditadura.

O facto de um grande número de partidos socialistas ter aderido à ideia dos Conselhos, que é a dos socialistas libertários e dos sindicatos, é uma confissão de culpa; reconhecem que a táctica seguida até o presente foi errada e que o movimento operário deve criar para si, nestes Conselhos, um órgão que, só ele, permitirá construir o socialismo. Por outro lado não se deve esquecer que esta súbita adesão arrisca a introduzir muitos elementos estranhos na concepção dos Conselhos, que nada tendo de comum com as suas finalidades originais, necessitam ser eliminadas como perigosas para o seu desenvolvimento ulterior. Entre estes elementos estranhos figura em

9 Texto escrito em 1920. As suas previsões viriam a ser confirmadas com o advento de Hitler.

[[Rudolf Rocker

primeiro lugar a ideia da ditadura. A nossa tarefa é evitar este perigo e precaver os nossos camaradas de classe contra experiências que não podem acelerar mas, pelo contrário, retardar a emancipação social.

Por conseguinte a nossa palavra de ordem continua: “Tudo pelos Conselhos! Nenhum poder acima deles!” e esta palavra de ordem será ao mesmo tempo a da revolução social.

O PAPEL DOS SINDICATOS NA CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO

O termo sindicato operário significava primitivamente uma organização de produtores para a melhoria das suas condições económicas e sociais. Mas o impulso do sindicalismo revolucionário deu a esse sentido primitivo um significado mais amplo e mais profundo. Da mesma forma que o partido é, por assim dizer, uma organização identificada a um esforço definido no seio do Estado constitucional moderno, que procura manter dum forma ou doutra, a presente ordem da sociedade, assim segundo o ponto de vista sindicalista os sindicatos são a organização unificada do trabalho e têm como finalidade a defesa dos trabalhadores no seio da sociedade actual e a preparação prática da reconstrução da vida social a caminho do socialismo. Antes do mais têm uma dupla missão:

1º- Reforçar as reivindicações dos produtores para a salvaguarda e melhoria do seu nível de vida.

2º – Informar os trabalhadores do ordenamento técnico da produção e da vida económica em geral e prepará-los para tomarem em suas mãos o aparelho socio-económico e dirigi-lo segundo os princípios socialistas.

Os anarcosindicalistas pensam que os partidos políticos não estão aptos a cumprir essas suas tarefas. Segundo a sua concepção, o sindicalismo dever ser a ponta-de-lança do movimento operário, endurecido pelos combates quotidianos e penetrado pelo espírito socialista. So trabalhadores podem mos-

[[Rudolf Rocker

trar a sua plena força sobretudo no domínio económico, pois é a sua actividade como produtores que mantém toda a estrutura social e garante a existência da sociedade. Só como produtor e criador da riqueza social o trabalhador se torna consciente da sua força. Em união solidária com os seus companheiros, cria essa grande falange do trabalho militante, animada de um espírito de liberdade e de um ideal de justiça social.

Para o anarco-sindicalista os sindicatos operários são os germes mais frutuosos duma sociedade futura, a escola elementar do socialismo. Toda a nova estrutura social cria por si própria órgãos no corpo da velha organização; sem essa necessidade, toda a evolução social é impensável. Para eles, a educação socialismo não significa a participação no poder político do Estado, e sim o esforço de esclarecer os trabalhadores sobre as conexões intrínsecas dos problemas sociais, a instrução técnica e o desenvolvimento das suas capacidades administrativas, preparando-os para o seu papel de reconstrutores da vida económica e dando-lhes a segurança moral requerida pelo cumprimento da sua tarefa. Nenhum organismo social está melhor apetrechado para esse fim do que a organização económica de combate dos trabalhadores -esta dá uma direcção clara às suas actividades sociais e tempera a sua resistência no combate imediato pelas necessidades da vida e na defesa dos direitos humanos. Ao mesmo tempo desenvolve as suas concepções éticas sem as quais nenhuma transformação social é possível: a solidariedade essencial com os seus camaradas e a responsabilidade moral das suas acções.

Essencialmente porque o trabalho educativo dos anarco-sindicalistas é dirigido no sentido do desenvolvimento dum pensamento e duma acção independentes, eles são os adversários declarados de todas as tendências centralistas que são bem características da maior parte dos partidos operários actuais.

O centralismo, esquema artificial que opera do cimo para a base e entrega os assuntos da administração a uma pequena minoria, é sempre acompanhado de uma estéril rotina

oficial; isso destrói a convicção individual, substitui a iniciativa pessoal por uma disciplina sem vida e uma ossificação burocrática. Para o Estado, o centralismo é a forma apropriada de organização, pois tende para a maior uniformidade possível da vida social de forma a manter o equilíbrio político e social.

Mas para um movimento cuja existência depende da acção rápida em não importa que momento favorável e do pensamento independente dos seus membros, o centralismo é um flagelo que enfraquece o seu poder de decisão e reprime sistematicamente toda a iniciativa espontânea.

A organização do anarco-sindicalismo é baseada nos princípios do federalismo, numa combinação livre de baixo para cima, pondo o direito de autodeterminação de cada sindicato acima de tudo e reconhecendo somente o elemento orgânico de todos na base de interesses semelhantes e duma convicção comum. A sua organização é por consequência construída nas seguintes bases:

Os trabalhadores de cada localidade filiam-se nos sindicatos das suas profissões respectivas. Os sindicatos duma cidade ou de um distrito rural constituem-se em uniões que formam os centros de propaganda local, de educação e unem os trabalhadores como produtores para impedir o nascimento do espírito corporativo. Em caso de perturbações sociais, esses organismos asseguram a cooperação solidária de todo o conjunto local dos trabalhadores organizados. Todas as uniões locais são agrupadas segundo os seus distritos e regiões para formar a federação nacional que mantém o contacto permanente entre os corpos locais, organiza a livre repartição do trabalho produtivo das diferentes organizações por via cooperativa e assegura a necessária coordenação no trabalho de educação dos grupos locais.

Cada sindicato está ainda unido com todas as organizações da mesma indústria, e igualmente com todos os sindicatos similares, para que tudo seja combinado em alianças gerais da indústria e da agricultura.

[[Rudolf Rocker

É sua missão intervir nos conflitos diários entre o capital e o trabalho e coordenar todas as forças do movimento para uma acção comum quando for necessário. Assim as uniões locais e as federações de indústria constituem os dois polos entre os quais se desenvolve a vida inteira dos sindicatos operários.

Uma tal forma de organização não dá somente aos trabalhadores todas as oportunidades de acção directa na luta pelo pão quotidiano, mas dá-lhes também, com os preliminares necessários da reorganização da sociedade, a sua própria força, sem intervenções alienantes em caso de crise revolucionária. Os anarco-sindicalistas estão convencidos de que uma ordem económica socialista não pode ser criada por decreto dum governo qualquer, mas somente pela colaboração sem restrições dos trabalhadores, técnicos e camponese chamando a si a gestão da produção e da distribuição, no interesse da comunidade e na base das convenções mútuas. Numa tal situação as uniões locais tomariam conta da administração do capital social existente em cada comunidade, determinariam as necessidades dos habitantes nas suas regiões e organizariam o consumo local.

Por intermédio das uniões locais seria possível calcular o total das necessidades do país inteiro e harmonizar com essas necessidades o trabalho produtivo. Por outro lado, caberia às federações de indústria e da agricultura controlar todos os instrumentos de produção, transportes, etc., e fornecer aos diferentes grupos de produção o que estes necessitam.

Numa palavra:

1º- Organização da produção total do país pelas federações de indústria e direcção do trabalho por comissões eleitas pelos próprios trabalhadores.

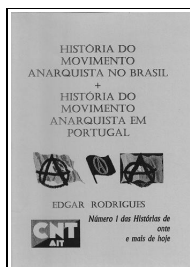
2º- Organização do contributo social pela federação de uniões locais.

Nesta ordem de ideias a experiência prática deu o melhor exemplo. Mostrou que os numerosos problemas duma re-

construção socialista da sociedade não podem ser resolvidos por um governo, mesmo quando seja a famosa ditadura do proletariado. Na URSS a ditadura bolchevique encontrou-se desamparada durante quase dois anos em face dos problemas económicos e tentou superar a sua incapacidade com uma onda de ordens e decretos, a maior parte dos quais ficaram enterrados nas diferentes repartições. Se o mundo pudesse ser libertado por decretos não teria havido nenhum problema na URSS. Pelo seu fanatismo do poder, o bolchevismo destruiu violentamente os órgãos mais válidos da construção do socialismo, suprimindo as sociedades cooperativas, submetendo os sindicatos ao controlo do Estado e privando, desde o primeiro dia, os soviets da sua independência. Assim, a ditadura do proletariado preparava o caminho não para uma sociedade socialista, mas para o tipo mais primitivo de capitalismo de Estado burocrático e para o regresso do absolutismo político, abolido na maior parte dos países pelas revoluções burguesas.

Na sua *“Mensagem aos trabalhadores dos países da Europa Ocidental”*, Kropotkine dizia, com razão:

“A Rússia mostrou-nos a maneira como o socialismo não pode ser realizado, embora o povo, desgostoso do antigo regime, não exprima nenhuma resistência activa às experiências ” do novo governo. A ideia dos conselhos operários para o controlo da vida económica e política do país é em si dum extraordinária importância... mas enquanto o país for dominado pela ditadura de um partido, os conselhos operários e camponeses perdem naturalmente o seu significado. São relegados para o mesmo papel passivo que os representantes dos Estados tinham no tempo da monarquia absoluta”.

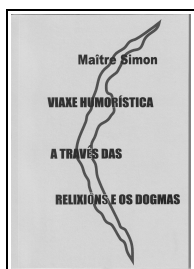


Edgar Rodrigues – História do Movimento anarquista no Brasil – História do Movimento anarquista em Portugal. Uma visão sintética da evolução do anarquismo em Portugal e no Brasil, desde os tempos das primeiras Federações operárias aderidas à Internacional até a década de 70 do século XX, da mão de um clássico da historiografia anarquista.

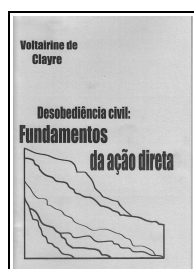


Carme Blanco – Casas anarquistas de Mulleres libertarias. Recolhe-se a palestra de Carme Blanco celebrada na CNT de Compostela com motivo do 8 de Março sob o sub-título “*A resistencia anarquista das mulleres depois do levantamento fascista de 1936.*” Emocionante relato da presença massiva das mulheres na resistência anti-fascista que tenciona resgatar do esquecimento o seu compromisso firme com

as ideias e lutas libertárias.



Maître Simon – Viaxe humorística a través das relixiões e os dogmas. Maître Simon oferece-nos, em clave de humor, mas sem perder o contacto com as referências históricas, culturais e teológicas do judaísmo e do resto de religiões monoteístas, uma revisão dos disparates da religião católica, desde a Bíblia à liturgia, detendo-se em qualquer aspecto da mesma.



Voltairine de Clayre – Desobediência civil: Fundamentos da ação direta. A destacada militante americana, sindicalista e feminista, dos tempos das revoltas de Haymarket, faz uma apaixonada defesa do uso da ação direta através da história e no seu próprio tempo, um tempo, fins de XIX, de duras revoltas operárias e feministas.

Todas à venda em edição impressa, aliás de disponíveis para descarga livre no web www.cntgaliza.org, junto com as edições do Ateneu Libertário Ricardo Mella.

Recolhem-se na presente brochura quatro artigos do mais destacado teórico anarquista alemão. “Porque sou anarquista” é uma declaração da ideologia e atitude vital do autor que introduz com perfeição o resto dos artigos. Em “Marx e as ideias libertárias” faz uma crítica à falta de honestidade intelectual do comunista alemão, ao tempo que assinala a grande dívida de Marx com os socialistas utópicos, e nomeadamente Proudhon, a quem logo desprezaria com virulência. “O sistema dos soviets e a ditadura do proletariado” descobre o caráter intrinsecamente burguês da ditadura do proletariado e da revolução russa. Finalmente, em “O papel dos sindicatos na construção do socialismo” destaca o papel fundamental do anarco-sindicalismo como resposta imediata ao capital e sua importância na articulação duma sociedade livre.



www.cntgaliza.org